

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.429.455 - SP (2019/0009181-0)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : JONATAS BARISSA DE NOVAES
ADVOGADO : JOSE EDUARDO GUELRE - SP239109
AGRAVADO : TRANSERP - EMPRESA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE
URBANO DE RIBEIRÃO PRETO S/A
ADVOGADOS : RICARDO QUEIROZ LIPORASSI E OUTRO(S) - SP183638
EDUARDO ROBERTO SALOMÃO GIAMPIETRO - SP246151

DECISÃO

Trata-se de Agravo, interposto por JONATAS BARISSA DE NOVAES, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que inadmitiu o Recurso Especial interposto contra o acórdão de fls. 211/227e.

O recorrente sustenta, nas razões de seu Recurso Especial, ofensa aos arts. 3º, 267, VI, 125, I, 248, 295, II e III, 329, 330, I, 331, §§ 2º e 3º, 333, I, 336, 364, 368 e 372 do CPC/73, 12, 32, 52, 72, III, 82, 24, VI e VII, 280, **caput** e §§ 2º, 3º e 4º, 281, parágrafo único, 282, 285 e 320, **caput** e parágrafo único, do Código de Trânsito Brasileiro, 237 e 238 da Lei 6.404/1976, argumentando, em síntese, que "o serviço de fiscalização, autuação e aplicação de multas de trânsito é atividade típica do poder de polícia administrativa, não podendo ser delegada a empresas que possuam natureza jurídica de direito privado, como é o caso da ré, conforme determina o art. 173, §12, inciso II da CF, que equipara a empresa de sociedade de economia mista às empresas privadas" (fl. 234e).

Requer, ao final, o provimento do recurso.

O Recurso Especial foi inadmitido pelo Tribunal de origem (fls. 286e), o que ensejou a interposição do presente Agravo (fls. 289/295e).

Observa-se que uma das teses apresentadas pela parte agravante, nas razões do Recurso Especial, teve repercussão geral reconhecida pelo Plenário do STF, no Tema 532, em que se discute a "aplicação de multa de trânsito por sociedade de economia mista".

Com efeito, reza o art. 4º do Código de Processo Civil vigente:

"Art. 4º. As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa."

Dispõem, ainda, os seguintes artigos, do mesmo **Codex**:

"Art. 926. Os Tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente."

Art. 1.035. O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecurável, não conhecerá de recurso extraordinário quando a questão constitucional nele versada não tiver repercussão geral, nos termos deste artigo.

(...)

§ 5º. **Reconhecida a repercussão geral, o relator no Supremo Tribunal Federal determinará a suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional".**

Art. 1.037. Seleccionados os recursos, o relator no tribunal superior, constando a presença do pressuposto do *caput* do art. 1.036, proferirá decisão de afetação, na qual:

(...)

II - determinará a suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individual ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional;

Art. 1.039. **Decididos os recursos afetados, os órgãos colegiados declararão prejudicados os demais recursos versando sobre idêntica controvérsia ou os decidirão aplicando a tese firmada.**

Com efeito, o novo CPC, dentro de uma perspectiva de competência, deixa claro que é necessário observar o decidido por quem dá a última palavra a respeito da controvérsia, qual é a eficácia desse julgado e qual o rumo que deve ser seguido pelos demais órgãos julgadores, para que o processo possa promover de forma adequada, a efetiva e tempestiva tutela pretendida.

Preocupou-se mais em operacionalizar a duração razoável do processo, com vistas às situações já constituídas e às necessidades imediatas de todas as instâncias, do que em estipular uma limitação no contexto relativo ao local de represamento dos recursos.

Assim, havendo o reconhecimento de repercussão geral, na vigência do CPC/2015, a suspensão do processo no âmbito do Superior Tribunal de Justiça esvaziaria um dos principais objetivos do novo **Codex**, qual seja, a duração razoável do processo (art. 4º).

Por outro lado, em sendo suspenso o feito na origem, uma vez decidida a questão submetida ao regime da repercussão geral, a tese fixada já serviria de norte para que o Tribunal **a quo** se adequasse à tese firmada no STF.

Tal medida impede o confronto das decisões emanadas dos Tribunais com a jurisprudência do STF, a fim de, a um só tempo, evitar as divergências jurisprudenciais, e privilegiar os princípios da isonomia e duração razoável do processo. Ou seja, além de homenagear o princípio regente do novo CPC (duração razoável dos processos), a suspensão dos autos na origem permite a aplicação do princípio da isonomia, porque, se

as causas são iguais, as soluções têm de ser necessariamente iguais.

E não por outra razão que a afetação de Recurso Especial e de Recurso Extraordinário como representativos da controvérsia (arts. 1.036 e segs, CPC/2015) demanda à Corte de origem a suspensão de recursos interpostos que abordem idêntica questão, até o julgamento definitivo da matéria.

Na mesma linha, TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER e BRUNO DANTAS, ao comentar o art. 1.035, § 5º, do CPC/2015, prelecionam:

"Com o objetivo de concretizar de modo visível o princípio constitucional da isonomia, o § 5º do art. 1.035 determina que o relator do recurso extraordinário, uma vez reconhecida a repercussão geral, suspenda o trâmite de todos os processos em curso, no território nacional, que versem sobre a mesma matéria. (...) o único sentido da suspensão que consta do § 5º é que essa orientação seja acatada. (...) O importante é prevenir a existência de decisões discrepantes daquilo que o STF decidirá, quando apreciar o mérito do recurso. (...)"

E prosseguem:

"Nada se diz, subsequentemente, no sentido de que as decisões que ainda não foram proferidas nos processos sobrestados, devem conformar-se àquela proferida pelo STF. Veja-se que esse dispositivo não se trata de recursos repetitivos, mas de recursos entre A e B. Mas qual é o sentido de se suspenderem todos os processos que esteja tramitando no país se não alertar os juízes que o STF está para proferir uma decisão, que deverá ser vista como um precedente? (in Recurso Especial, Recurso Extraordinário e a nova função dos Tribunais Superiores no Direito Brasileiro, 3ª ed., Rev. dos Tribunais, 2016, pp. 412 e 519).

Diante desse cenário – e utilizando-se do mesmo raciocínio –, recomendável que o Ministro Relator, levando em consideração razões de economia processual e duração razoável do processo, aprecie o Recurso Especial apenas quando exaurida a competência do Tribunal de origem.

Ante o exposto, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que o processo permaneça suspenso até a publicação do acórdão do Recurso Extraordinário com repercussão geral reconhecida – na vigência do novo CPC –, a fim de que a Corte de origem, posteriormente, proceda ao juízo de conformidade.

I.

Brasília (DF), 05 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora

